



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

MARIA IZABEL FERNANDES

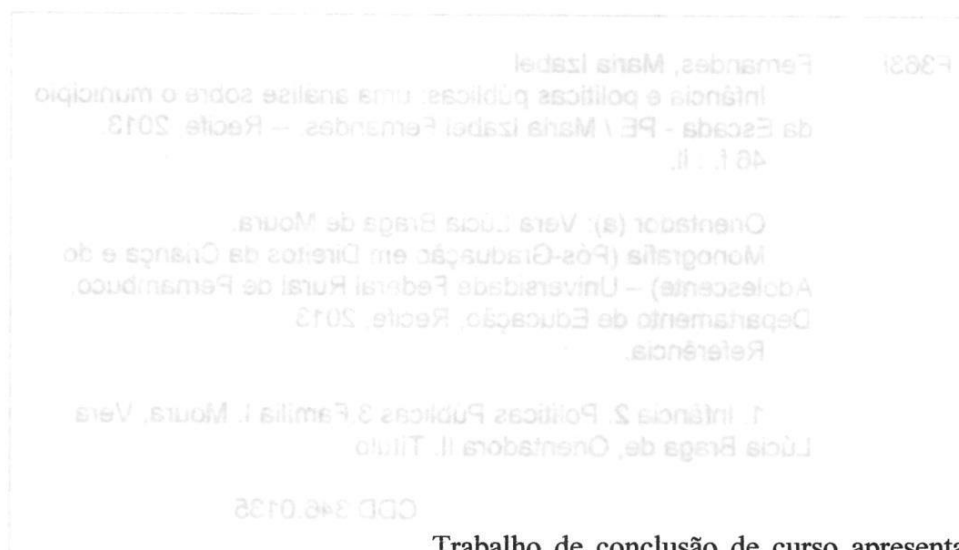
INFÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE SOBRE O MUNICÍPIO DA
ESCADA-PE.

RECIFE
2013

MARIA IZABEL FERNANDES

INFÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE SOBRE O MUNICÍPIO DA
ESCADA-PE.

Ficha Catalográfica



Trabalho de conclusão de curso apresentado pela
aluna Maria Izabel Fernandes do Curso de
Especialização em Direitos da Criança e do
Adolescente da UFRPE - Universidade Federal
Rural de Pernambuco, sob a orientação da
professora Dr^a. Vera Lúcia Braga de Moura.

RECIFE
2013

DEDICATÓRIA

Encerro este Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente que é resultante de um grande esforço, trago comigo a certeza de que é uma etapa vencida, outras virão e serão alcançadas com muita determinação e afinco.

Dedico este trabalho monográfico a todos os mestres desta Universidade, pela dedicação e incentivo.

A palavra mestre, não é um sinônimo forte o suficiente para expressar o agradecimento aos queridos professores, os quais serei grata para sempre.

A minha amada família, pelo incentivo, por participarem comigo desta construção tão salutar para minha formação acadêmica.

Aos amigos e amigas em especial ao Professor Humberto Miranda, as professoras Valéria e Vera Braga pela dedicação, compreensão e apoio. Em fim dedico especialmente ao nosso Deus Soberano por essa graça alcançada Ele que é o maior responsável por mais esta vitória sem Ele nada sou.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

MARIA IZABEL FERNANDES

INFÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE SOBRE O MUNICÍPIO DA
ESCADA

Monografia aprovada no dia ____ / ____ / ____, no Departamento de Educação da
UFRPE.

Professor(a) Orientador(a) Dr^a Vera Lúcia Braga de Moura

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me permitiu caminhar para conquista deste objetivo e não me deixou desanimar nem desistir da caminhada.

A todos os colegas do Conselho Tutelar da Escada, aos atores do sistema de garantia de direitos do município que muito contribuíram com esta pesquisa.

A minha família, aos meus pais e meu amado filho pelo carinho e apoio do seu jeitinho de criança sempre ao meu lado.

À professora Dr^a Vera Lúcia Braga de Moura, pela orientação e paciência e incentivo fatores que muito contribuíram para realização deste trabalho monográfico.

A todos os professores do curso, que foram importantes e marcaram esta minha trajetória acadêmica.

Caminhar é ir em busca de metas. Significa mover-se para ajudar muitos outros a moverem-se no sentido de tudo fazer para criar um mundo mais justo e humano.

Dom Hélder Câmara

RESUMO

Este trabalho tem por objeto de estudo a análise da implementação das políticas públicas para infância no município de Escada em Pernambuco. O objetivo desse estudo compreende analisar o processo de fomentação dessas políticas para crianças e adolescentes, na cidade de Escada na zona da Mata do Estado de Pernambuco. Embora esse tema tenha recebido bastante atenção principalmente na década de 1990 com a implementação do Estatuto da criança e do Adolescente, é certo que ainda há uma grande lacuna no campo da garantia prioritária dos direitos da criança e do adolescente. Para desenvolver este estudo relacionado *A Infância e Políticas públicas* foi destacada a metodologia pesquisa teórica com a leitura de diversas obras de autores que abordam o tema, dentre eles destacamos: Phillippe Áries, Vera Lúcia Braga, Irene Rizzine, Brasilmar Nunes, Gilberto Freyre, Michel Foucault entre outros. Utilizamos ainda a pesquisa de campo através de entrevistas diretas com diversos atores do sistema de garantia de direitos do município de Escada entre eles destacamos: educadores, polícia militar, membros da sociedade civil organizada, promotor de Justiça da infância, conselheiros tutelares entre outros. O presente estudo revelou dados bastante significativos acerca da infância em âmbito municipal, estadual e nacional, mostrando o quanto esse público necessita de um olhar especial, através de ações específicas desenvolvidas a partir de um planejamento conjunto entre governo e sociedade civil, objetivando a garantia de direitos de forma plena e efetiva.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Infância, Família,

ABSTRACT

Abstract This work has as object of study the analysis of implementation of public policies for children in the city of stairs in Pernambuco. The aim of this study includes examining the process of fostering these policies for children and adolescents in the city of stairs in the forest zone of the State of Pernambuco, Brazil. Although this subject has received enough attention especially in the 1990 with the implementation of the Statute of the child and adolescent, is sure that still will be a big gap in the field of guarantee of priority of the rights of children and adolescents. To develop this study related to children and public policy was highlighted the theoretical research methodology with the leitura of several works by authors that discuss the subject, among them we highlight: Philippe Aries, Vera Lucia Braga, Irene Rizzine, Mike Nunes, Gilberto Freyre, Michel Foucault among others. We use the field research through direct interviews with diverse actors.

SUMÁRIO

Dedicatória

Agradecimentos

Epígrafe

Resumo

Abstract

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	
1. O Contexto do Nascimento do Conceito Moderno de Infância e suas transformações na atualidade	11
1.1 O Conceito de Infância no decorrer da História	11
1.2- Infância na época Medieval	14
1.3 Philippe Áries e sua abordagem sobre infância	15
1.4 A Infância nos dias de hoje	17
CAPITULO II	
2. Uma Abordagem Sobre as Políticas Públicas	19
2.1 As Políticas Públicas no Século XX	21
2.2 O Papel dos Governos na Fomentação de Políticas Públicas para Infância	21
2.3- A trajetória da infância a partir da década de 1990, com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA)	22
CAPITULO III	
3. Histórico do município da Escada	25
3.1 Aspectos Socioeconômicos	25
3.2 As Políticas Públicas no município da Escada	26
3.2.1 - O Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente	26
3.2.2 - O Conselho Tutelar da Escada	28
3.2.3 - As ONGs	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE I	41
APÊNDICE II	42

APÊNDICE III	43
ANEXO I	44
ANEXO II	45
ANEXO III	46

INTRODUÇÃO

Procura-se demonstrar nesse estudo os paradigmas que revelam crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, destacando as diversas mudanças alcançadas ao longo das últimas décadas, especificamente a partir dos anos 90 que de forma marcante vem para concretizar os reajustes de ordem jurídico-institucional no que concerne o campo social, econômico e político direcionados aos direitos da criança e do adolescente. Dentro desse contexto buscamos destacar sobretudo como vive a infância no município da Escada, cidade do interior do estado de Pernambuco, espaço priorizado para este estudo. É importante justificar que a escolha deste recorte temporal se deu a partir de uma inquietação ao percebermos crianças e adolescentes do município carentes de políticas públicas efetivas.

São imensos os desafios enfrentados para garantir e efetivar os direitos da infância, através das políticas públicas considerando que em todas as áreas a situação é bastante crítica, são diversas as situações relacionadas a educação, a saúde e aos aspectos sociais que carecem de respostas imediatas. Portanto frisamos que a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 determina que a criança gozará de proteção especial e disporá de oportunidade e serviços, a serem estabelecidos em lei por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade mas, este direito precisa ser posto em prática.

Dentro desse contexto visualizamos que apesar das dificuldades que ainda permeiam o cenário da infância em todo o país o tratamento dispensado a criança e ao adolescente tem alcançado uma série de avanços decorrente das reivindicações da sociedade que vem ocorrendo ao longo dos anos buscando com afincos colocar a infância num âmbito de percepção como cidadã sujeita de direitos. É indiscutível o quanto avançamos, principalmente no que tange o conhecimento teórico e as legislações sobre a infância mas, a problemática sobre a infância ainda sofre limitações no que se refere a aplicabilidade da legislação e mesmo a concepção sobre as formas mais adequadas de lidar com as questões que envolvem a criança e o adolescente.

Destacamos que para desenvolver este estudo relacionado *A Infância e Políticas públicas* foi destacada a metodologia pesquisa teórica com a leitura de diversas obras de autores que abordam o tema, dentre eles destacamos: Phillipe Áries, Vera Lúcia Braga, Irene Rizzine, Brasilmar Nunes, Gilberto Freyre, Estatuto da criança e do Adolescente, Renato Venâncio Pinto, Edson Araújo Cabral, Michel Foucault entre outros. Utilizamos ainda a

pesquisa de campo através de entrevistas diretas com diversos atores do sistema de garantia de direitos do município da Escada entre eles destacamos: professores, polícia militar, membros da sociedade civil organizada, promotor de Justiça da infância, pedagogos, conselheiros tutelares, conselheiros de direitos entre outros.

Como planejamento metodológico a pesquisa de campo foi desenvolvida em três momentos: Foram realizadas visitas aos atores do sistema de garantias de direitos em seus respectivos locais de trabalho onde pudemos apresentar o objetivo da pesquisa e repassar o questionário para ser respondido a fim de coletar informações objetivando subsidiar esse estudo de forma adequada. O segundo momento aconteceu através de um levantamento teórico que ocorreu em diversos espaços: Vara da Infância, Promotoria de Justiça e Fórum da Escada, Biblioteca Pública municipal, FAESC¹, CMDDCA², Escola Agrícola Luís Dias Lins em Escada, delegacia de polícia civil, associação de moradores e igrejas. Esses passos foram importantes para o estudo, considerando que objetivamos obter informações acerca das questões que envolvem o conhecimento sobre infância e políticas públicas. O terceiro momento que culminou a pesquisa foi o registro fotográfico, onde tivemos a oportunidade de assistir as atividades desenvolvidas e registrar através de fotos os momentos importantes vividos nos espaços destinados a prática de atividades com crianças e adolescentes, objetivando resgatar os valores e garantir que os mesmos possam ser vistos como de direitos.

¹ FAESC - Faculdades da Escada

² CMDDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

CAPITULO I

1. O CONTEXTO DO NASCIMENTO DO CONCEITO MODERNO DE INFÂNCIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA ATUALIDADE

1.1 - O Conceito de Infância no decorrer da História

Procura-se neste capítulo analisar alguns paradigmas que revelam as diversas mudanças alcançadas ao longo dos anos em relação ao conceito da infância.

São várias as definições atribuídas a infância, o dicionário Larousse define a infância como um “período da vida humana compreendido entre o nascimento e a puberdade”, já o Aurélio assinala que a infância é o período de crescimento do ser humano [...] puerícia, meninice. Desta feita, “o significado da infância como vivência da pessoa se torna incompatível com a ideia da natureza infantil”, ou seja, nas palavras de Vera Braga de Moura, “as concepções de infância e do mundo infantil são construções sociais e não naturais, não sendo algo dado determinado” (MOURA, 2011, p. 23).

Etimologicamente, infância vem do latim IN (não) FANCIA (capacidade da fala). Nessa perspectiva, a fase da infância seria caracterizada pela ausência da fala e de comportamentos esperados, considerados como manifestações irracionais. A infância se contrapõe à vida adulta, pois os comportamentos considerados mais sistematizados ou providos de mais razão, seriam encontrados apenas no indivíduo adulto, identificando, assim, o adulto como o homem que age com mais racionalidade, capacidade que, ainda não seria possível às crianças.

Dessa forma, a busca pela compreensão do mundo da infância e das crianças bem como “a fascinação pelos anos da infância, um fenômeno relativamente recente” (HEYWOOD, 2004, p.13), contribuiu para que o conceito de infância sofresse alterações significativas ao longo da história.

Assim, o mundo das crianças até o Século XII, apresentava as condições gerais de higiene e saúde muito precárias, o que tornava o índice de mortalidade infantil muito alto. Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medievais e modernos resultaram em uma postura pouco cuidadosa com relação a criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriram de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com

pouca idade. (HEYWOOD, 2004, p.87). Nesse período a criança não era vista com suas especificidades e particularidades infantis, ou seja, os cuidados e a educação era negligenciados, pois a criança não era vista pela sociedade como uma pessoa portadora de direitos. De acordo com Corazza (2000), a infância se constitui como prática discursiva e não discursiva a partir de “novas” práticas de biopoder, ligadas aos emergentes mecanismos de governabilidade das populações e dos indivíduos” (p.224). A preocupação com o sujeito infantil, portanto, passava a se instituir cada vez mais como um problema econômico e político, alvo de inquietações de ações médicas, morais e pedagógicas. Dentro desse contexto passou-se a perceber a infância como um problema social e não como um ser de direitos.

Ainda numa concepção histórica Maria Helena Novaes (2000, p.527) lembra que a ideia de infância era de:

Um ser incompleto, frágil, que precisa de cuidados físicos para sua sobrevivência e não a de um vir-a-ser, a visão tradicional da pedagogia definia a socialização da criança como algo que só viria mais tarde, ao contrário da visão moderna psicológica que enfatiza as modalidades subjetivas de se integrar ao meio, havendo uma socialização evolutiva e não um período com e outro sem socialização (NOVAES, 2000, p.527).

Todavia são muitas as considerações e conceitos diversificados que revelam a infância de formas distintas permitido assim uma reflexão acerca dos conceitos que lhe são atribuídos. Com o passar dos anos os estudos revelam que ainda a muito a ser descoberto em relação ao mundo infantil.

No contexto histórico sobre a infância percebe-se que, em alguns momentos, a criança só é reconhecida como indivíduo quando se torna adulta quando já adquire uma certa autonomia.

Na opinião de Aristóteles, a criança não é capaz de usar seu raciocínio para chegar à virtude, o bem máximo do ser humano. Ele avalia a infância como um período equivalente à doença, um desastre e uma circunstância infeliz. Por isso, a infância não pode ser entregue ao acaso. Necessita de cuidados e exige educação.[...] O valor da infância se constitui, para Aristóteles, nas possibilidades que a infância oferece para serem desenvolvidas (CONRAD, 2000, p.26-27).

Para Jean Jacques Rousseau (1712 – 1772) a questão da infância está centralizada na educação considerando-a como uma idade autônoma e dotada de características específicas, diversas das que são próprias da idade adulta.

Não se conhece a infância: com as falsas ideias que delas temos, quanto mais longe vamos, mais nos extraviamos. Os mais sábios apegam-se ao que importa que saibam os homens, sem considerar que as crianças se acham em estado de aprender. Eles procuram sempre o homem na criança, sem pensar no que esta é, antes de ser homem (ROUSSEAU, 1973, p. 6).

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, reconheceu-se internacionalmente que a criança deveria ser cuidada pela humanidade. O artigo xxv confirma esta proteção quando afirma, no item II, que “a criança e a maternidade têm direitos a cuidados e assistência têm direitos a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social” (SOUZA, 2001, p. 58-59).

Dentro desse contexto percebemos uma nova dimensão e uma abordagem significativa sobre a visibilidade infância, que começa a ser inserida em um cenário salutar, de novos paradigmas sociais, passando a despertar interesses de acordo com a especificidade que merece.

Segundo Kuhlmann Jr. (1998,p.16), “tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e papel”.

Contudo ao perceber o homem como um ser social, considera-se que o conceito de infância é determinado socialmente, isto é, está diretamente ligado à forma como o homem produz seu modo de existência e se organiza em sociedade. Nesse contexto, a infância pode ser tratada enquanto uma categoria social e historicamente construída.

Afirmar que a criança é um ser social significa considerar que ela tem uma história, vive uma geografia, pertence a um segmento social determinado, estabelece relações definidas segundo o seu contexto de origem, apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas e ocupa um espaço que não é só geográfico, mas também de valor, de acordo com KRAMER (2002).

Todavia no campo da percepção familiar em sua maioria nem sempre a criança é entendida como um ser social, ainda prevalece valores e conceitos ultrapassados provocando em alguns casos um desajuste afetivo entre a criança e seus familiares, não havendo um espaço de confiabilidade mútua que proporcione um diálogo sincero e harmonioso. Nesse âmbito da convivência ainda há uma grande lacuna no contexto familiar, no tocante da percepção das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

1.2- Infância na época Medieval

Platão (428-348 a. C.) em sua obra *Leis* trata das bases filosóficas e eugenésicas para a procriação de uma infância sadia, situando também na primeira infância a fase decisiva da educação moral, de acordo com Jaerger (2001). Platão dedicava atenção às questões médicas por reconhecer a importância do fator fisiológico do caráter, do ethos, passando da teoria do tratamento físico do recém-nascido à teoria do caráter.

Ao nos reportar a cultura grega nos deparamos com as crianças vivendo sua primeira infância em família e submetidas à autoridade do pai, seu tutor legal, que pode escolher em cuidar ou abandoná-las. Nos anos iniciais a educação das crianças estava totalmente sob a responsabilidade da família, considerada o primeiro lugar de socialização do indivíduo, portanto, o regulador de sua identidade física, psicológica e cultural.

A família também é o centro da educação romana (735-250 a. C.), que dava total importância à formação de caráter moral dos indivíduos. O pai é o maior responsável pela educação dos filhos, a mulher destacava-se pela autoridade dentro da família, embora não participasse da vida pública.

Neste cenário a criança só era reconhecida como indivíduo quando atingia a idade adulta.

Na opinião de Aristóteles, a criança não é capaz de usar seu raciocínio para chegar à virtude, o bem máximo do ser humano. Ele avalia a infância como um período equivalente à doença, um desastre e uma circunstância infeliz. Por isso, a infância não pode ser entregue ao acaso. Necessita de cuidados e exige educação. [...] O valor da infância se constitui, para Aristóteles, nas possibilidades que a infância oferece para serem desenvolvidas (CONRAD, 2000, P.26-27).

Entretanto pelo fato da criança não ter condições de tomar decisões sozinhas, não conseguir realizar atividades sem orientações, é concebida como inoperante, tendo que receber apoio passando a ser orientado por um adulto que exercerá o papel de guia, só assim ela poderá caminhar com segurança.

Na Idade Média, a infância terminava para a criança ao ser esta desmamada, o que acontecia por volta dos seis a sete anos de idade. A partir dessa idade, ela passava a conviver do mesmo gênero e fazia o mesmo que eles: trabalhava, frequentava ambientes noturnos, bares definitivamente com os adultos. Acompanhava sempre o adulto.

1.3- Philippe Áries e sua abordagem sobre a infância

O historiador Philippe Áries, especialista em história social da criança e da família demarca duas concepções características da infância: uma pertencente às sociedades “tradicionalistas” ou “pré-industriais” e outra criada a partir dos séculos XV-XVI e que se sedimentou nas sociedades industriais. Segundo Áries, nas sociedades tradicionais.

A duração da infância era reduzida ao seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, partilhava de seus trabalhos e jogos. [...] A transmissão dos valores e dos conhecimentos e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram portanto nem asseguradas nem controladas pela família. [...] A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las. (ÁRIES, 2006, p. IX)

Ainda de acordo com Áries nas sociedades tradicionais, as famílias não eram o lugar de excelência da afeição. Isso não significa que o amor estava ausente e sim que as trocas afetivas se davam em comunidades mais amplas (vizinhos, amigos, outros parentes, criados, amos, crianças mulheres, homens).

Na ideia desenvolvida, contudo, mostra a ausência do reconhecimento de uma particularidade infantil em relação às crianças anterior a idade moderna o autor assinala que, a criança pequena se transformava imediatamente em adulto sem passar pelas fases da juventude.

Em sua principal tese Áries defende que o adolescente e a criança não eram vistos com suas particularidades de infância e de adolescência pela sociedade tradicional.

Dentro desse contexto as crianças passavam pouco tempo com a família não recebiam atenção necessária para aprendizagem pelos pais, a convivência era um pouco limitada ficando a relação afetiva familiar distanciada. Constatamos que nesse período a criança era tida como um objeto que deveria ser conduzida e manipulada de acordo com as determinações e ideologias dos adultos, até que demonstrassem uma independência considerada satisfatória para ser inseridas no mundo dos adultos.

Já nas sociedades industriais, especialmente em fins do século XVII e início do XVIII, a família nuclear passa a ocupar o lugar de excelência da socialização da criança, assim como o de afeição:

A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar o seu número para melhor cuidar dela. (ÁRIES, 2006 p XI).

Segundo Áries, nas sociedades industriais a família adotou uma nova postura em relação à infância tendo um olhar diferenciado, ou seja, passou a perceber que precisavam de uma atenção e cuidados especiais, devendo ser notadas e incluídas nos projetos fortalecendo os vínculos familiares.

A iconografia produzida por Áries, em sua obra, *História Social da Criança e da Família*, (1978) representa grande relevância no que concerne o campo do conhecimento sobre a infância, sendo considerado por renomados autores, a citar Freitas (2001) e Del Priore (2004), como um estudo pioneiro na análise e concepção da infância. Philippe Áries utiliza pintura, gravuras, túmulos e esculturas religiosas como fontes documentais para desenvolver seu estudo. Ele usou também como fontes documentais os trajes infantis, os tipos de brinquedos e brincadeiras como, por exemplo, o diário de infância de Luís IX foi utilizado para analisar os trajes sérios que as crianças vestiam.

Philippe Áries (1981) ressalta, ainda, em seus argumentos a descoberta do sentimento de infância. Ele enfatiza que a ideia do surgimento de um sentimento de infância não implicava negligenciar os cuidados em relação à criança ou a ausência de afeto para com elas.

A percepção mais difundida da criança e do adolescente como seres em desenvolvimento no mundo moderno, foi resultado de um longo processo social que envolveu transformações na organização social, desde o ponto de vista da esfera privada das famílias até a esfera pública da convivibilidade social. A infância e a adolescência entendidas como categorias socialmente construídas, permitiram a adoção de práticas sociais condutoras do processo de formação da identidade sociocultural infanto-juvenil (Ariès, 1981).

Áries analisa o papel da criança no contexto familiar, estuda o processo de individualização da família e o lugar que a criança passa a ocupar nessa nova configuração e também a função desempenhada pela escola junto a disciplinarização da infância.

1.4 - A infância nos dias de hoje

A trajetória da infância vai sofrendo modificações ao longo do processo histórico. Dessa forma, a perspectiva da infância na modernidade pode ser representada da seguinte forma:

Ao inventar a infância, a Modernidade cria a idade de ouro de cada indivíduo. Fase em que a vida será perfeita, protegida e tranquila, antes de ser tomada pelas exigências do trabalho. Época ideal de nossas vidas, em que ser criança é não ter qualquer outro compromisso que vá além do gozo puro e simples de sua inocência. (Trecho da voz off no documentário *A Invenção da Infância*).

Assim, “a criança é um ser social, um ser humano em constante aprendizado, que se relaciona com o mundo em sua volta, com base em sua cultura, em seu grupo ou categoria social” (MOURA, 2011, p.24). Sendo, portanto, impossível enquadrar a criança em um conceito universal e globalizado, pois cada criança compõe um contexto sociocultural como afirma Vera Braga de Moura.

De acordo com o trecho do documentário *A Invenção da Infância*, observa-se que a *infância* é ilustrada pela modernidade de forma bastante diferente da realidade atual, considerando que em todo o mundo a criança deve ser vista como um ser em desenvolvimento dotada de capacidades com direitos e deveres. Sabe-se que a infância apesar dos grandes avanços provocados pela legislação brasileira vigente ainda padece e clama por ações efetivas que vislumbrem a igualdade de direitos, fazendo cumprir o que está posto na legislação. (Texto adaptado do documento “Política Nacional de Educação Infantil”. MEC³/SEF⁴/DPE⁵/COEDI⁶, dez /1994 p. 16 – 17).

Uma infância que requer especialista não é certamente, uma infância qualquer, mas sim uma que supostamente necessita de um séquito de “conhecedores para lhe revelar sua verdade”. Assim, a noção de infância na modernidade se articula dentro de uma política de verdades amparada pela autoridade do saber de seus porta vozes. (CIRINO apud CASTRO, 1999, p. 24)

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASÍLIA, 1998), mostra a maneira como a infância é vista na atualidade, afirma que as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. “Sendo assim, durante o processo de construção do conhecimento às crianças

³ Ministério da Educação

⁴ Secretaria de Educação Fundamental

⁵ Plano de Desenvolvimento da Escola

⁶ Coordenação de Educação Infantil

se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que procuram desvendar”. Este “conhecimento constituído pelas crianças é fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação”. (Texto adaptado do documento “ Política Nacional de Educação Infantil”. MEC/SEF/DPE/COEDI, dez /1994 p. 16–17)

O processo de reconhecimento dos direitos fundamentais da criança e do adolescente como “sujeitos de direitos” é fruto de uma luta da sociedade civil organizada e demais entidades que sensibilizados não aceitavam a forma como a infância era percebida, inquietos pelo fato de ver uma infância que vivia padecendo carregando sobre os ombros o peso dos olhares injustos e discriminatórios. Deu-se início então através desta união uma jornada que resultara em avanços significativos, isto é, grandes conquistas, dentre elas destacamos a Constituição de 1988, a implementação do ECA⁷, Lei 8.069/90. Contudo, ainda existe muito a ser feito em prol da criança e adolescente para garantia de seus direitos, permitindo o seu reconhecimento como cidadã não porque dela depende o futuro da nação, mas sim pelo presente e pelo que ela significa no momento presente.

Nesse contexto o Estatuto da Criança e do Adolescente, consolidador das normas já informadas pela Constituição Federal, representa a mais eficaz de nossos diplomas legais no sentido de especificar linhas de apreensão do melhor interesse da criança, devendo ser efetivado na prática para assim sair do campo da teoria e partir para a realidade na qual estão inseridas milhares de crianças e adolescentes em todo país, carentes de uma vida digna e salutar, dependendo da efetivação de políticas públicas para que seus direitos sejam garantidos de forma que suas necessidades básicas e fundamentais sejam reconhecidas. No entanto, não podemos deixar de enfatizar que muitas normas constantes tanto no Código Civil, Código Penal e demais diplomas foram recepcionados pela nova ordem constitucional, mais especificamente no tocante à proteção da infância e adolescência.

⁷ ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

CAPITULO II

2. UMA ABORDAGEM SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa a luz de grandes questões públicas, já Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) conceitua política pública como a soma das atividades de governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como o que o governo escolhe ou não fazer. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre políticas implicam responder às seguintes questões: quem ganha o que, por que e que diferença faz.

Todavia, o conceito de políticas públicas é discutido em várias áreas do conhecimento, no entanto é no âmbito da ciência política que este ganha um grande destaque nas discussões teóricas como mostra Souza (2006 p.45), em seu artigo “retirar aspas ficarem itálico *Políticas Públicas uma revisão da literatura*, uma visão geral de como a política pública é vista pela academia, primeiro como equilíbrio no orçamento entre receita e despesa, segundo como uma nova visão do estado onde deixa de ser uma política Keynesiana, para ser uma política restrita dos gastos, a terceira é a relação que existe entre os países desenvolvidos e os que iniciaram a sua caminhada democrática recentemente e de um modo particular os países da América Latina que ainda não conseguem administrar bem os seus recursos públicos e equacionar os bens em benefício de sua população de modo a incluir os excluídos.

Ainda de acordo com Souza (2006) as políticas públicas na sua essência estão ligadas fortemente ao Estado, este que determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos, onde faz uma síntese dos principais teóricos que trabalham o tema das políticas públicas relacionadas às instituições que dão a última ordem como o dinheiro sob forma de impostos deve ser acumulado e de como este deve ser investido, e no final fazer prestação de conta pública do dinheiro gasto em favor da sociedade.

Uma visão mais próxima de Souza (2006), Fernandes (2007) em seu artigo *Políticas Públicas: Definição, evolução e o caso brasileiro na política social* defende a tese de que as políticas públicas se apresentam através de duas dimensões que se complementam entre si que é o administrativo técnico e o aspecto político como pode ser observado na citação a seguir:

[...] costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizado como administrativo ou técnico, e assim livre, portanto do aspecto 'político' propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Este é uma meia verdade, dado que apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa, a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez que está relacionado ao processo decisório. (FERNANDES, 2007, p. 203).

Entretanto de acordo com Cabral (1999, p.131) a Política Pública é uma atividade de governo que compõe interesses conflitantes. A Constituição Brasileira determina que as políticas de cunho social sejam feitas com a participação da sociedade, representada por suas entidades, de modo a defender os interesses gerais da população. Sem dúvida a participação da sociedade civil organizada é determinante para implementação destas políticas, pois a sociedade civil por estar envolvida nas comunidades de bases, associações, igrejas e movimentos pastorais conhecem algumas das principais necessidades da infância podendo contribuir de forma significativa, considerando os valores éticos existentes, proporcionando assim um despertar para os principais problemas encontrados. É um trabalho bastante difícil e os resultados serão percebidos através de ações articuladas.

A Política Pública é uma atividade orientada para o bem comum, ou interesse público. Não se faz política pública para um grupo de pessoas nem para um partido político ou uma igreja. Os destinatários de uma política pública devem ser todos os cidadãos. Contudo destaca-se a relevância e crescimento das organizações sócias que vem no decorrer da história tomando consciência dos seus direitos e conquistando através de ações articuladas seu espaço. Um dos maiores desafios no que tange as políticas públicas sem dúvida ainda é sua efetivação de forma plena e absoluta.

Dentro desse contexto destacamos a importância da articulação e participação da sociedade que tem um papel fundamental e deve assumir um compromisso ético e responsável para a efetivação dessas ações contínuas visando garantir direitos, para isto precisa cobrar do município, do Estado e da União à formulação dessas políticas. A sociedade tem demonstrado um interesse em buscar seus direitos através de ações conjuntas e coerentes, desta feita tornando-se fundamental para essa conquista que visa o bem comum.

Outrossim, para compreender as políticas públicas destacamos que elas revelam, no seu processo de elaboração e implementação e, sobretudo, em seus resultados, formas de

exercício do poder político, envolvendo a distribuição e a redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais.

2.1 - As Políticas Públicas para Infância no Século XX

As políticas públicas começaram a ganhar espaço no mundo na segunda metade do século XX, após a II Guerra Mundial. A nova conjuntura econômica e política gerou a necessidade de maior intervenção do Estado na tentativa de garantir o “bem estar social” no contexto da Guerra Fria, onde os países capitalistas tinham que dar alguma demonstração de que o capitalismo podia atender às necessidades das populações.

No século XX, destacamos ainda o crescimento significativo dos direitos de cidadania, período em que cresceram os sistemas de Previdência, Saúde e Educação.

Estes acontecimentos foram marcando a presença do Estado nessa interação com as demandas da sociedade. Assim, “embora seja verdade que toda política pública seja uma intervenção estatal esse conceito tem que incorporar que ela é sempre resultado de uma interação muito complexa entre estado e sociedade (DI; GEOVANE, 2010 p.4).

De acordo com o texto a articulação governo e sociedade civil possibilita um avanço na efetivação das políticas voltadas para o bem-estar das crianças e adolescentes que por vezes sofrem devido à falta de ações práticas e efetivas que lhes possibilite viver de forma salutar e feliz.

Para fazer valer estas ações reconhecemos que a Constituição de 1988 representou grandes e significativos avanços, no que se refere à conquista aos direitos sociais e às possibilidades de concretização do Estado de Bem-Estar Social, no Brasil. Em relação às políticas de atenção a crianças e adolescentes, inaugurou um novo cenário na história da legislação destinada a infância, ao reconhecer a criança como cidadã, determinando a definição das funções e objetivos das instituições. Percebemos e destacamos nesse período as mudanças que se deram no campo político-educacional brasileiro e de suas consequências em diversos campos, fator este bastante relevante que marca uma nova história no campo dos direitos da infância em todo o país.

2.2 - O Papel dos Governos na Fomentação de Políticas Públicas para a Infância

Os debates sobre as políticas públicas implicam responder sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas. Não se defende aqui que o Estado ou os governos é quem decidem que moldam o comportamento dos atores. A questão

é verificar de que forma as instituições influenciam nos resultados das políticas públicas e qual a importância das variáveis institucionais para explicar os resultados de políticas públicas? A resposta está na presunção de que as instituições tornam o curso de certas políticas mais fáceis do que outras. Ademais, as instituições e suas regras redefinem as alternativas políticas e mudam a posição relativa dos atores. Em geral, as instituições são associadas à inércia, mas muita política pública é formulada e implementada. Assim, o que a teoria neo-institucionalista nos ilumina é no entendimento de que não são só os indivíduos ou grupos que têm força relevante e influenciam as políticas públicas, mas também as regras formais e informais que regem as instituições.

Enfatizamos que a fomentação de políticas públicas para infância não acontece de forma eficaz tanto nos municípios como, também, em âmbito nacional. Desta forma, infância padece diante das situações de vulnerabilidade na qual estão inseridas. Dentre os diversos fatores que dificultam a fomentação dessas políticas públicas efetivas destacamos a ausência de interesse público dos gestores municipais que não priorizam as questões relacionadas com a infância.

Salientamos que por ser a política pública uma atividade orientada para o bem comum e não apenas para um grupo isolado de pessoas, é fundamental que as ações a serem executadas sejam planejadas não apenas pelo governo, mas coletivamente com a participação da sociedade civil que deve ter claro o seu papel na fomentação dessas políticas que visem contribuir com a garantia dos direitos das crianças e adolescentes e que devem ser vistas como prioridade de acordo com o estabelecido no ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente .

2.3 - A trajetória da infância e a década de 1990 com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi instituído pela lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990. A referida lei regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes inspirado pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988, internalizando uma série de normativas internacionais tais como: Declaração dos Direitos da Criança (Resolução 1.386 da ONU - 20 de novembro de 1959); Regras mínimas das Nações Unidas para administração da Justiça da Infância e da Juventude; Regras de Beijing (Resolução 40/33 - ONU - 29 de novembro de 1985); Diretrizes das Nações Unidas para prevenção da Delinquência Juvenil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente se divide em dois livros: o primeiro trata da proteção dos direitos fundamentais a pessoa em desenvolvimento e o segundo trata dos órgãos

e procedimentos protetivos. Nele encontram-se os procedimentos de adoção (Livro I, capítulo V), a aplicação de medidas sócio-educativas (Livro II, capítulo II), do Conselho Tutelar (Livro II, capítulo V), e também dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Dessa forma, o Estatuto da Criança não contempla uma política pública articulada a sociedade civil como mostra a citação de Padre Júlio Lancelotti :

Não se discute profundamente uma política pública articulada, universal, complementar, em parceria com a sociedade civil. A política pública que o ECA aponta é uma forma de resgatar a cidadania e a dignidade de todas as crianças, não só das pobres. O Estatuto não é uma lei para a criança pobre. É uma lei para a criança brasileira. E, no entanto parece que, quando falamos do Estatuto, só falamos das crianças pobres. Na verdade nenhuma delas tem todos os seus direitos garantidos. Faltam metas e parâmetros claros que nós queiramos atingir! (2008 - Padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Menor.)[5]

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgado no bojo de um processo de abertura política, após duas décadas de regime ditatorial e quase 60 anos tentativas de reformulação do código de 1927, vem trazendo esperança e uma nova visão alusiva a infância indica especialmente, a primazia em considerar a criança em suas características e prioridades, destacando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e sua titularidade de direitos fundamentais, detalhando a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente, que já havia sido contemplada pela Constituição Federal de 1988 no artigo 227. Enfatizamos que a legislação que antecedeu o Estatuto foi o antigo Código de Menores, conhecido como Código de Melo Matos, era marcado pelo caráter discriminatório, que associava a pobreza a delinquência e marginalidade.

Outrossim, o Estatuto da Criança e do Adolescente veio para contrapor esta legislação, destaca que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Acrescente-se que também no seu artigo 7º, diz que a criança e o adolescente têm direito a proteção á vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Embora esteja posto de forma bastante clara é relevante ressaltar que nem sempre ocorre obediência a citada lei, quando o sistema público ainda é bastante carente, não dispondo de política que atendam de forma satisfatória a infância em suas especificidades.

Em seu artigo 227, a Constituição Federal, sintetizou todos os princípios protetivos consubstanciado nas convenções da OIT, pois define:

E dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (ECA,13 de julho de 1990).

Do exposto, percebemos que a sociedade brasileira através da sua legislação em defesa da criança precisa assumir seu compromisso perante a criança e o adolescente, saindo do discurso e partindo para a prática, buscando garantir um cenário adequado para a vivência do público infante juvenil. Dentro desse contexto o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 4º enfatiza que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

CAPÍTULO III

3. Histórico do Município da Escada

O nome Escada provém da capela erguida por missionários da congregação do oratório, vinda de Portugal para a “catequese” dos índios. Como a capela estava localizada no alto do terreno, foi construída uma escada para dar acesso a um “nicho” em louvor a Nossa Senhora da Apresentação, que ficou conhecida como Nossa Senhora da Escada. O distrito de Escada foi criado pela carta Régia de 27 de abril de 1786 e por lei Municipal em 06 (seis) de março de 1893. A lei provincial nº326, de 19 de abril de 1854, criou o município de Escada, com território desmembrado do município do Cabo de Santo Agostinho. A sede municipal foi elevada pela lei provincial nº 1.093, de 24 de maio de 1873. É formado pela sede administrativa, distritos de Massauassú e Frexeiras (CONDEPE/FIDEM⁸, 2012).

O município da Escada fica localizado na Zona da Mata Sul do estado de Pernambuco a 63 km da Capital Recife, limita-se ao norte as cidades do Cabo de Santo Agostinho e Vitória de Santo Antão, ao sul com e Ribeirão a Leste a cidade de Ipojuca e ao Oeste a cidade de Primavera. Tem uma população de 63.517 habitantes (IBGE ... , 2010). Esta região possui uma área de aproximadamente 348,8km², apresentando uma densidade demográfica de 184,31 hab./km².

3.1 - Aspectos Socioeconômicos

A pobreza é outra característica dessa região. Embora, nos últimos tempos tenha havido investimentos e desenvolvimento econômico, a região ainda comporta 56,1% da população vivendo abaixo da linha da pobreza.

A situação socioeconômica da maioria da população acaba agravando os problemas sociais existentes no município, refletida nos índices de drogadição⁹, violência e criminalidade.

Entre 184 municípios de Pernambuco, Escada é, atualmente, o 23º PIB estadual, constituindo-se na maior arrecadação e um IDHs¹⁰ da região Mata-Sul do estado. Destacam-se

⁸ CONDEPE/FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

⁹ DROGADIÇÃO ou TOXICODEPENDÊNCIA: É um termo genérico criado para conter toda e qualquer modalidade de vício bioquímico por parte de um ser humano ou á alguma droga (substancia química).

¹⁰ Índice de Desenvolvimento Humano

na geração deste PIB a indústria de transformação, a agropecuária e comércio e serviços, nesta ordem. Dados da Agência CONDEPE/FIDEM confirmam o setor industrial como a principal atividade econômica de Escada, representando quase 37% do PIB municipal, com destaque para o álcool de cana-de-açúcar e metal (inox), seguido, pelos setores de agropecuária e serviços. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município têm cadastradas 12 indústrias em funcionamento no município e uma indústria de grande porte do setor de tubos e conexões em fase de implantação. Com a inclusão do município no Território Estratégico de SUAPE¹¹ a melhoria da infraestrutura do Distrito Agroindustrial e uma logística privilegiada estimam-se que nos próximos cinco anos, pelo menos 10 (dez) novas indústrias deverão se instalar na cidade.

A infância da Escada tem ao longo dos anos sido percebida com um olhar diferenciado pela Sociedade Civil, organizada consciente e pelos atores Do Sistema de Garantias de Direitos- SGD do município que são comprometidos com a infância e buscam a efetivação de Políticas Públicas que visem contribuir com a causa das crianças e dos adolescentes. Grandes vitórias foram alcançadas a partir dos anos 90, destacamos à criação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente- CMDDCA e do Conselho Tutelar da Escada. Sabe-se que ainda há muito a ser conquistado haja vista as situações de vulnerabilidades existentes no município, quando a infância está inserida em um contexto preocupante, carecendo que sejam adotadas providências que façam valer seus direitos.

3.2- As políticas públicas no município da Escada

3.2.1 - O Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente

Destaca-se como uma política pública importante a criação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente da Escada, que foi fundado no município no dia 28 de outubro de 1997, sob a Lei Municipal de número 1.738/ 97, amparada pela lei Federal 8.069/90 e possui mais de 15 anos de atuação na sociedade o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente da Escada CMDDCA, situado à Rua Barão de Jundiá S/N, Centro –Escada- PE.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente- CMDDCA tem como finalidade formular e acompanhar a execução das políticas públicas de atendimento à

¹¹ SUAPE: Polo de desenvolvimento mais dinâmico do Brasil. Locomotiva do desenvolvimento de Pernambuco, o complexo portuário de SUAPE é considerado um dos principais polos de investimento do país.

criança e ao adolescente, assegurando a prioridade nas políticas para a criança e o adolescente.

Entre as principais atribuições dos Conselhos, o Portal dos direitos da criança e do adolescente destaca:

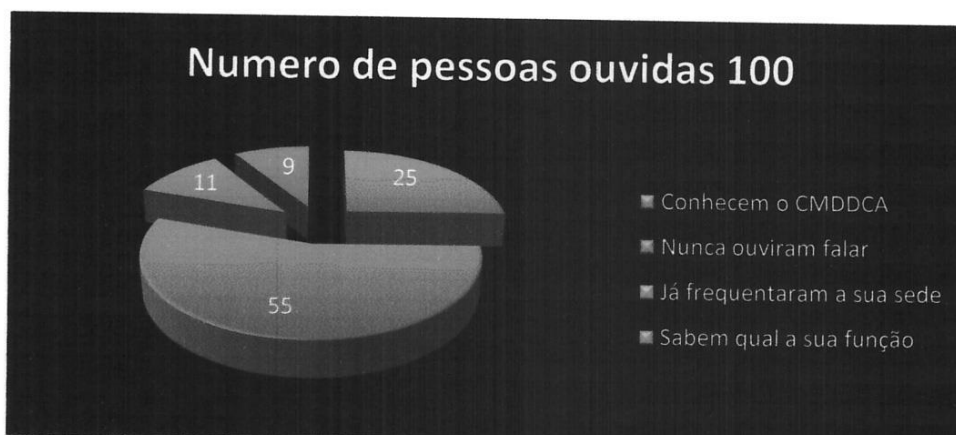
1. Formular as diretrizes para a política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente em âmbito Federal, Estadual e Municipal, de acordo com suas respectivas esferas de atuação;
2. Fiscalizar o cumprimento das políticas públicas para infância e à adolescência executadas pelo poder público e por entidades não governamentais;
3. Acompanhar a elaboração e a execução dos orçamentos públicos nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, com o objetivo de assegurar que sejam destinados os recursos necessários para a execução das ações destinadas ao atendimento das crianças e adolescentes;
4. Conhecer a realidade do seu território de atuação e definir as prioridades para o atendimento da população infanto-juvenil;
5. Definir, um plano que considere as prioridades da infância e adolescência de sua região de abrangência, a ações a serem executadas;
6. Gerir o Fundo para a infância e Adolescência (FIA), definindo os parâmetros para a utilização dos recursos;
7. Convocar, nas esferas nacional, estadual e municipal, as Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente;
8. Promover a articulação entre os diversos atores que integram a rede de proteção à criança e ao adolescente;
9. Registrar as entidades da sociedade civil que atuam no atendimento de crianças e adolescentes.

Em sua ampla atuação o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, tem como missão a promoção da cidadania, a igualdade e a inclusão social por meio de ações que efetivem os direitos da criança e do adolescente, fortaleçam e colaborem para a sua proteção e reduzam os problemas sociais em todo âmbito que envolva crianças e adolescentes, promovendo a mudança de comportamentos contribuindo para a transformação da sociedade.

Realizamos uma pesquisa no município visando perceber como o CMDDCA da Escada é visto pela sociedade civil e pelos atores do Sistema de garantia de direitos do município. O resultado apontou que grande parte das pessoas não sabem onde é sua sede e

desconhecem a existência do mesmo, que não buscam informações fator esse que dificulta o trabalho na formulação das políticas públicas para infância que por sua vez necessita de um olhar especial e prioritário. Segue gráfico das entrevistas:

Gráfico 1: Dados sobre a existência e a função do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do adolescente de Escada



Fonte: Pesquisa de Autoria pessoal. Escada, 15 de outubro de 2012.

O resultado da pesquisa revela um dado preocupante visto que há uma grande relevância na função do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente-CMDDCA, como formulador de políticas públicas para infância, tendo o dever de trabalhar em parceria com a sociedade civil para que possa atuar com eficácia. É preciso que haja um trabalho de conscientização para com a sociedade objetivando promover conhecimento sobre a importância da participação e articulação da rede do sistema de garantia de direitos para a construção da cidadania da infância de forma plena e absoluta.

3.2.2 - O Conselho Tutelar da Escada

O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.

O órgão Conselho Tutelar da Escada foi criado através da lei municipal 1.737/97 amparado pela lei Federal 8.069/90 de 13 de Julho, está localizado à Rua João Manoel pontual 242- Centro- Escada-PE.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 136, são atribuições do Conselho Tutelar:

I- Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos art.98 e 105, aplicando as medidas previstas no art.101, I A VII;

II- Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art.129, I a VII;

III- Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV- Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V- Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI- Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I A VII, para o adolescente autor de ato-infracional;

VII- Expedir notificações;

VIII- Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX- Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X- Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art.220, parágrafo 3º, inciso II, DA Constituição Federal;

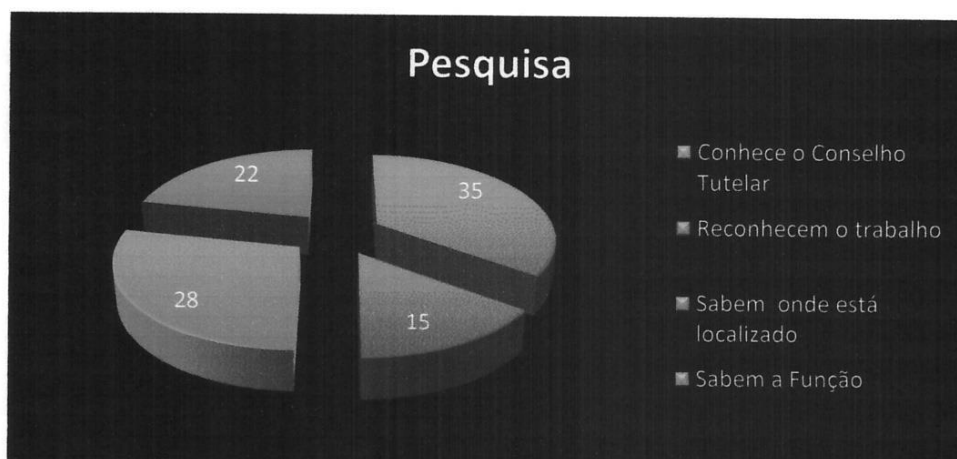
Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou adolescente junto à família natural. (Introduzido pela Lei 12.010 de 2009).

O Conselho Tutelar assume perante a sociedade um trabalho de grande relevância, haja vista ser a porta de entrada para aqueles que buscam garantir os direitos de crianças e adolescentes. Salientamos que por ser localizado em sua maioria em local de fácil acesso e tratar-se de um órgão de aconselhamento é grande a demanda dos atendimentos pelo fato da população em sua maioria ir em busca de solução para seus problemas por acreditarem ser mais simples e cômodo ou até mesmo por receio em procurar a autoridade judiciária e o Ministério Público.

Para tanto, o Conselho Tutelar da Escada vem atuando no município buscando parceria com a rede do sistema de garantias de direitos, visando atender e garantir a efetivação dos direitos da infância. São grandes os desafios e as dificuldades enfrentadas haja vista a precariedade das políticas públicas existentes no município.

Dados de uma pesquisa realizada com 100 pessoas no município da Escada entre adolescentes, jovens e pessoas da terceira idade de diferentes camadas sociais revelam que a visão da população em relação a atuação do Conselho Tutelar vem mudando, onde a população passa a conhecer e entender aos poucos qual é o verdadeiro papel do Conselho Tutelar.

Gráfico 2: Dados sobre a visão da população de Escada acerca da atuação do Conselho Tutelar

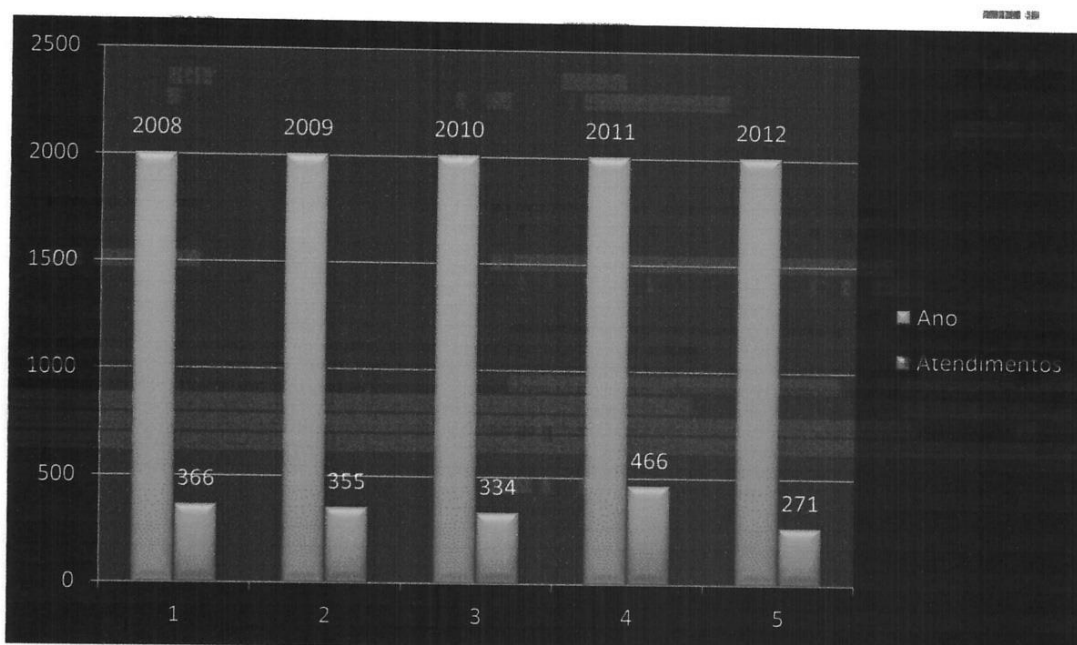


Fonte: Pesquisa de autoria pessoal. Escada, 13 de novembro de 2012.

Destacamos que durante a pesquisa obtivemos um resultado que está dentro do estimado, quando vemos que a população começa a buscar conhecer os órgão de apoio e proteção a infância neste caso o Conselho Tutelar, citamos que entre os entrevistados 35% das pessoas falaram que conheciam o órgão, 15% declararam que conhecem o trabalho desenvolvido pelo Conselho, outros 28% disseram saber onde está localizado e por fim 22% falaram que sabem qual a função do Conselho Tutelar. Dentro desse contexto é diagnosticado que ainda é preciso a realização de campanhas informativas a população objetivando desmistificar os mitos e esclarecer o real papel do conselho como também as atribuições dos conselheiros tutelares.

O gráfico abaixo ilustra o quantitativo de atendimentos realizados no período de janeiro de 2008 a dezembro 2012 no Conselho Tutelar da Escada (Fonte: Conselho Tutelar da Escada, em 10 de dez. de 2012).

No ano de 2008 foram atendimentos 366; no ano de 2009 tivemos 355 atendimentos ; no ano de 2010 foram 344 atendimentos; no ano de 2011 teve um total de 466 atendimentos e no ano de 2012 um total de 271 atendimentos.



Fonte: Conselheiros Tutelares. Escada, 13 de novembro de 2012.

De acordo com as informações concedidas pelo órgão os atendimentos vão além dos que foram computados haja vista aqueles que são feitos a título de orientação e encaminhamentos não sendo registrados por não serem da atribuição do Conselho Tutelar. Um fator relevante destacado pelo Conselho Tutelar é o trabalho preventivo desenvolvido no município em parceria com a Polícia Militar, Ministério Público, que através de palestras nas escolas, nas ONGs, associações contribuem para o esclarecimento dos alunos, educadores, pais, crianças e adolescentes, estas ações consequentemente diminuem o número de atendimentos, um trabalho preventivo que vale a pena na medida em que de posse do conhecimento a população busca orientar os demais e ir em busca quando precisam dos órgãos específicos de proteção para o caso a ser atendido.

3.2.3– As Organizações não Governamentais (ONGs)

O termo ONG Organização Não Governamental, se refere de modo genérico a toda organização não pertencente ou vinculada a nenhuma instância de governo, em qualquer nível. As Organizações não governamentais (ONGs) atualmente significam um grupo social organizado, sem fins lucrativos constituído formal e autonomamente caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições de cidadania.

Podemos dizer que as ONGs são grupos sociais organizados que:

Possuem uma função social e política em sua comunidade ou sociedade;

Possuem uma estrutura formal e legal;

Estão relacionadas e ligadas à sociedade ou comunidade através de atos de solidariedade;

Não perseguem lucros financeiros (sem fins lucrativos);

Possuem considerável autonomia.

Existem na sociedade diversos tipos de Organizações Não Governamentais- ONGs dedicadas a diversos assuntos, como: meio ambiente, paz, direitos humanos, ações sociais, educação, economia, combate à pobreza, combate ao preconceito, entre outros.

Também chamado “terceiro setor”, embora essa definição não seja muito clara, as organizações sem fins lucrativos são particulares ou públicas, desde que não tenham como principal objetivo a geração de lucros e, que se houver geração de lucros, estes sejam destinados para o fim a que se dedica a organização não podendo este ser repassado aos proprietários ou diretores da organização.

Contudo, é necessário enfatizar que nem toda associação sem fins lucrativos da sociedade civil é uma ONG. O estudo realizado pelo IBGE¹²-, com apoio da ABONG¹³, , IPEA¹⁴- e CEMPRE1 intitulado “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

¹² IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

¹³ ABONG: Associação Brasileira de Organizações não Governamentais

¹⁴ IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

no Brasil 2002” usa como critérios para classificação das FASFIL¹⁵, o fato de serem “organizações institucionalizadas, privadas, não distribuidoras de lucro, auto-administradas, e voluntárias.”. Deste modo, ficaram excluídas as associações ou organizações que não apresentam alguma destas características como os sindicatos, partidos políticos, caixas escolares, fundações hospitalares, serviços sociais autônomos SEST¹⁶/SENAT, SEBRAE e aqueles que não são institucionalizados. Portanto, segundo os critérios do estudo, existiam em 2002 cerca de 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos no Brasil que atuam nas mais diversas áreas, incluindo associações religiosas (pastorais, por exemplo).

No município da Escada como em diversos outros do estado as ONGs atravessam inúmeras dificuldades para funcionarem entre os motivos destacamos: Falta de apoio dos municípios, precariedade das estruturas físicas, ausência de recursos financeiros (investimentos), burocracias, falta de Pessoal (voluntários).

Entretanto, apesar das dificuldades existem muitas pessoas comprometidas, trabalhando através das igrejas, associações, grupos religiosos e movimentos com a finalidade de diminuir as diferenças sociais que permeiam a vida das crianças e adolescentes em todo o país. Destacamos que embora haja na população escadense um imenso sentimento de solidariedade cerca de 70% da sociedade civil ainda está ausente das políticas públicas não tendo despertado para o compromisso com a transformação da realidade do município, do estado e do país. Ainda não temos percepção de que através da articulação e de parcerias com a rede que forma o sistema de garantia de direitos podem fazer muito pela infância.

Outrossim, no município da Escada como em diversos outros do estado as ONGs atravessam inúmeras dificuldades para funcionarem entre os motivos destacamos: Falta de apoio dos municípios, Precariedade das estruturas físicas, precariedade das estruturas físicas, ausência de recursos financeiros (investimentos), Burocracias, Falta de Pessoal (voluntários).

¹⁵ FASFIL :Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos

¹⁶SEST/SENAT Serviço Social do Transporte/ Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

3.2.4-ONG.Centro de Assistência Social e Educacional Projeto Levante

É relevante destacar que a partir da pesquisa de campo que realizamos identificamos no município da Escada entidades que buscam através de ações concretas garantir direitos para infância de forma expressiva e humana, tivemos a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido pela ONG conhecida como Centro de Assistência Social e Educacional Projeto Levante que foi criado em novembro de 1995, com o principal alvo de alcançar as crianças de rua e de comunidades carentes de Recife através da casa abrigo que funcionava em um sítio na praia de Itapuama, hoje o alvo ainda é o mesmo, mas sem a casa abrigo, apenas com as casas abertas situadas nas cidades: Recife, Cabo de Santo Agostinho e Escada.

No município da Escada, sua sede está situada a Rua José Mario Costa Gomes, no bairro São Francisco, que desenvolve desde o ano de 2004 um trabalho belíssimo no município, atendendo 180 crianças a partir de 06 anos e adolescentes até 18 anos, também realiza trabalhos com as famílias buscando incentivar a convivência familiar de forma mais afetiva, oferecendo atividades esportivas, recreativas e culturais.

O Projeto Levante tem como missão levantar, junto à sociedade, a qualidade de vida de uma geração ameaçada por violência, drogas e desestruturação familiar. Tem a visão de mostrar alternativas preventivas e transformadoras, envolvendo as áreas física, emocional, intelectual, cultural e espiritual das pessoas atendidas pelo projeto, em comunidades e instituições, levantando assim, a fé, o amor e a esperança. Em todas as casas abertas atuam nas áreas de prevenção, esporte e educação, visando mostrar alternativas preventivas e transformadoras, envolvendo todas as áreas, ou seja, emocional, física, intelectual, cultural e espiritual das pessoas atendidas, tanto nas comunidades, como nas instituições parceiras.

A instituição no geral é composta por 14 pessoas nas mais diversas áreas e nas três casas, começa desde o diretor executivo até o caseiro. Toda instituição é mantida por doações das mais diversas, que contribuem para o crescimento do trabalho, tanto pessoas individuais, igrejas, empresas, entre outros. O Levante tem o objetivo de atender crianças e adolescentes em comunidades carentes, contribuir com elevação da auto-estima, divulgar os princípios bíblicos, conscientização da cidadania, usar o esporte como ferramenta que proporcione mudança na vida não apenas das crianças e adolescentes mas também para sua família. Dentro do espaço oferecido pela ONG, as famílias encontram também apoio para falar com os educadores e receber orientações em como lidar com os problemas diários com

os filhos que apresentam dificuldades de relacionamentos e um comportamento muitas vezes agressivo, O pais quando desejam participam das atividades de forma interativa e lúdica.



Figura 1: Aula de jiu-jitsu no Projeto Levante Fonte: Acervo Pessoal. 21 fev 2012

A ONG tem assistido as crianças e suas famílias oferecendo a seguinte programação: Segunda, quinta e sexta-feira no horário da manhã oferecem aulas de reforço escolar, no horário da tarde após a aula de reforço oferecem atividades orientadas pelos monitores, jogos lúdicos, totó e brincadeiras diversas, na quarta feira algumas crianças e adolescentes treinam futebol em um campo que pertence a ONG, enquanto as outras participam de outras atividades. Nas quinta - feiras nos intervalos há treino de floorball, haja vista nesse dia o reforço é bíblico então há uma junção das turmas podendo se aproveitar melhor o tempo restante, os obreiros se revezam nas atividades, enquanto esta havendo aula, os outros se responsabilizam pelo lanche, jogos e futebol.

3.2.5 –ONG. A Volta que o Mundo Dá

Ressaltamos que no município da Escada existe uma outra ONG situada à Rua da Mangueira nº 194 no bairro do Atalaia , através de seu idealizador e professor de capoeira o jovem Ricardo Washinton de Paiva que vem desde o ano de 2001 atuando no município da Escada. Apesar das imensas dificuldades, a supra citada ONG tem sido uma grande aliada no combate a violação de direitos das crianças e adolescentes do município, a referida ONG vem superando os desafios dentre eles a falta de apoio e incentivo financeiro, vem enfrentando o

a violência, as drogas e buscando garantir direitos através de ações desenvolvidas nas escolas e nos espaços que lhe são permitidos, isto é, o trabalho realizado pela ONG vai além das aulas de capoeira na sede estende-se por diversos espaços na cidade inclusive nas comunidades consideradas espaços de risco.

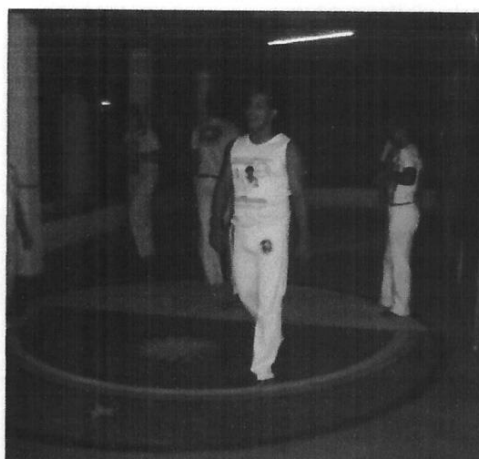


Figura 2: Aula de capoeira. Fonte: Acervo Pessoal. 21 fev 2013

A ONG denominada “Volta que o Mundo Dá” tem o objetivo de promover a inclusão social trabalhando beneficiando portadores de necessidades especiais, entre eles visuais, como também em despertar o sentimento de responsabilidade social. Salientamos que os alunos recebem aulas duas vezes por semana atualmente conta com um número de 60 alunos, dentre eles o atendimento é feito de forma democrática em relação a custos, ou seja, aqueles que não tem como contribuir com uma pequena quantia para manutenção do prédio participam sem contribuição, os que podem contribuir ajudam com uma taxa para as despesas.

Embora desempenhe um trabalho relevante no município a ONG não tem recebido o apoio necessário para o desempenho dos trabalhos, a mesma se mantém firme realizando um trabalho magnífico cuidando e salvando vidas através da roda de capoeira, de atividades lúdicas e culturais com o apoio das famílias e de seus alunos e de associações de capoeira de outras cidades que reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido busca ajudar na sua manutenção. Destaca-se contudo no trabalho desenvolvido pela ONG A Volta que o mundo Dá, a preocupação com o desenvolvimento intelectual dos alunos, o incentivo aos estudos e a literatura. Em entrevista realizada com o professor Ricardo Waschinton ao ser indagado sobre a

visão que ele tem em relação a infância, o mesmo relatou que cerca de 60% das crianças e adolescentes do município em sua opinião estão sofrendo uma realidade preocupante, iniciando muito cedo a sexualidade, consumindo drogas e álcool de forma exagerada, salientou o professor que vem tentando orientar as crianças e adolescentes a não se envolverem neste cenário perigoso, muitas delas se envolvem por falta de orientação dos pais ou responsáveis, o mesmo relatou que nos últimos oito anos no município da Escada foram destinados anualmente valores altos para financiar bandas de festa de rua, enquanto que para o trabalho social nada foi investido. O professor declarou que acredita que a capoeira é uma grande aliada no combate as violações de direitos, enfatizou ainda que os projetos de capoeira podem e devem somar com a Secretaria de Saúde, de Educação, Ação Social CREAS/CRAS, através de atividades planejadas e dirigidas de acordo com a especificidade, devendo promover a criança e o adolescente um sentimento de valorização pessoal e liberdade.

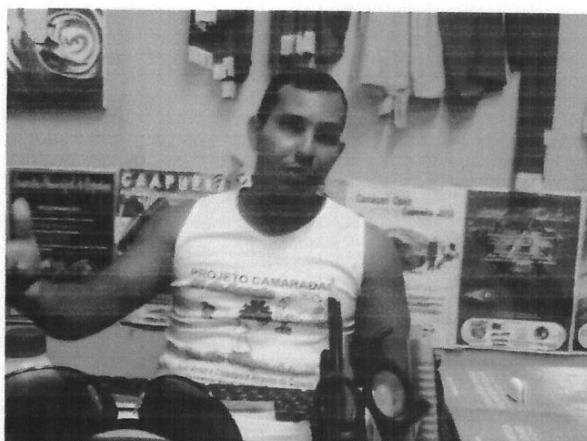


Figura 3:Entrevista com o Professor de capoeira. Fonte: Acervo Pessoal. 21 fev. 2013.

Resaltamos que os relatos do professor apontam que a capoeira é capaz de grandes transformações sociais, promove o resgate da dignidade e do respeito humano, o mesmo revela que tem conseguido resultados significativos através do trabalho desenvolvido com crianças e, acrescenta que trabalha o respeito mútuo entre eles e busca resgatar os valores que vem sendo usurpados pela sociedade capitalista, que vem implantando novos valores para a juventude.

Contudo o professor destacou que desenvolve um trabalho social visando o bem comum das crianças e adolescentes e que para isto busca de várias formas incentivos para vencer os obstáculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a questão de pesquisa que norteou o presente estudo “como são formuladas as políticas públicas para Infância no município da Escada? E diante dos resultados alcançados, podemos fazer as seguintes considerações:

Após a análise do material pesquisado e das leituras concluímos que a infância tem alcançado vitórias significativas no campo dos direitos em vários âmbitos. Contudo ainda é preciso medidas mais específicas para este público considerando que tais mudanças ainda precisam acontecer na prática, ainda existe em alguns casos uma grande lacuna entre a realidade e a prática na efetivação de direitos.

Tal percepção está presente nas concepções dos diversos atores do sistema de garantia de direitos do município e também na visão da sociedade civil, que quase sempre desconhecem o significado das políticas públicas e como podem contribuir para formulação das mesmas.

Diante desse resultado nossa hipótese foi confirmada, quando identificamos que as políticas públicas para infância ainda são formuladas com precariedade sem um planejamento prévio, sendo aplicadas não de forma continuada como deve ser uma política mas acontecem como uma ação reparadora imediatista como uma ação isolada .

A partir desse estudo, conhecendo as principais violações de direitos da infância no município da Escada como também as dificuldades encontradas pelas ONGs em trabalhar as políticas públicas, diante a ausência do apoio necessário da rede do sistema de garantia de direitos e da sociedade, nos foi concedida pelo município a oportunidade de trabalhar em prol da Infância através da articulação com as ONGs, associações e Conselhos Municipais visando uma discussão conjunta entre a rede do sistema de garantia de direitos em parceria com o governo municipal, objetivando a realização de uma parceria que fortaleça as instituições para que juntas possam discutir a efetivação das políticas públicas que possam beneficiar de forma concreta a infância do município.

Enfatizamos que já foi realizado um levantamento dos Conselhos e associações do município, articulação e planejamento conjunto, objetivando um fortalecimento e regularização documental para que possam captar recursos municipais, estaduais e federais que se destinem as famílias.

REFERÊNCIAS

- RIZZINI, Irene. **A Criança e a Lei no Brasil revisitando a história**. Rio de Janeiro: Universitária, 2002.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. **Sociedade e infância no Brasil**. Brasília: Universitária, 2003.
- NUNES, Márcia Bandeira de Mello Leite. **Estigma e Identidade Social**. Rio de Janeiro: Guanabara.
- VENANCIO, Renato Pinto. **Uma história Social do Abandono de Crianças**. São Paulo: Alameda, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Verdade e Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- CABRAL, Edson Araújo. **Sistema de Garantias de Direitos**. Recife: CENDHEC, 1999.
- MOURA, Vera Lucia Braga de. **Infância: Assistencialismo e proteção em Pernambuco no início do século XX (1900-1930)** IN MIRANDA, Humberto; Vasconcelos, Maria Emilia. **História da Infância em Pernambuco**. (Orgs). Recife: Ed. Universitária UFPE, 2007.p.109.
- ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora S.A., 1981.
- Infância: Assistencialismo e Proteção em Pernambuco no início de século xx (1900 – 1930)** IN MIRANDA, Humberto; VACONSELOS, Maria Emília. **História da Infância em Pernambuco**. (Orgs). Recife: Ed. Universitária UFPE, 2007.
- Revista Virtual de Direitos Humanos - ano 1, V.1 2000 – Brasília OAB, Conselho Federal 2000.**
- BRASIL**, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas públicas e o direito administrativo.** Revista de informação Legislativa, Brasília, ano 34, n. 133, jan./mar. 1997.

EROLE, Carlos. **Políticas Públicas – A responsabilidade do Administrador e o ministério Público.** São Paulo: Max Limonad, 2000.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

COSTA, Antônio Carlos da In **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**, CURY, AMARALE SILVA, MENDEZ. São Paulo : Malheiros, 1992.

KRAMER, Sônia In **A Política do Pré-escolar no Brasil: A Arte do disfarce.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Convenção sobre os Direitos da Criança - **Centro dos Direitos do Homem das Nações Unidas**, publicação GE.94-15440.

OLIVEIRA, S.M.L. **A legislação e as políticas nacionais para educação infantil: avanços, vazios e desvios.** In MACHADO, M.L.A (org.) Encontros e desencontros em educação infantil. São Paulo : Cortez, 2002.

BRASIL. constituição da república federativa do brasil de 1988. **da educação.** são paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESSP, 1993.

CONRAD, H.M. **O desafio de ser pré-escola.** As ideias de Friedrich Froebel e o início da educação infantil no Brasil. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Dissertação de Mestrado em Educação), 140 f., 2000.

WWW.Suape.pe.gov.b/institucional.php/ 03/03/2013.

MORAES, Germana de Oliveira. **Controle Jurisdicional da Administração Pública.** São Paulo: Dialética, 1999.

ERIÉS, p. História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

Del priore, m. História da infância no Brasil. 4ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

JAEGER, w.w. **Paidéia: a formação do homem grego.** Trad. Artur M. Parreira. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

APÊNDICE I

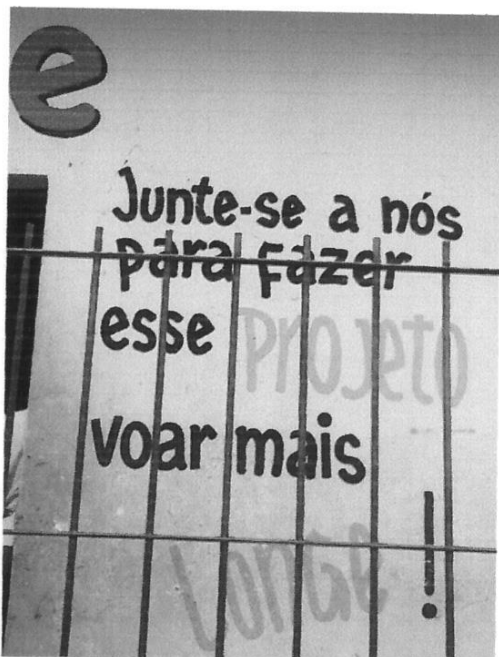


Figura4: Fachada do Projeto Levante.
Fonte :Acervo Pessoal 15 fev 2013



Figura 5: Fachada do Projeto Levante
Fonte :Acervo Pessoal 15 fev 2013



Figura 6: Aula de jiu-jitsu no Projeto Levante.
Fonte :Acervo Pessoal 15 fev 2013

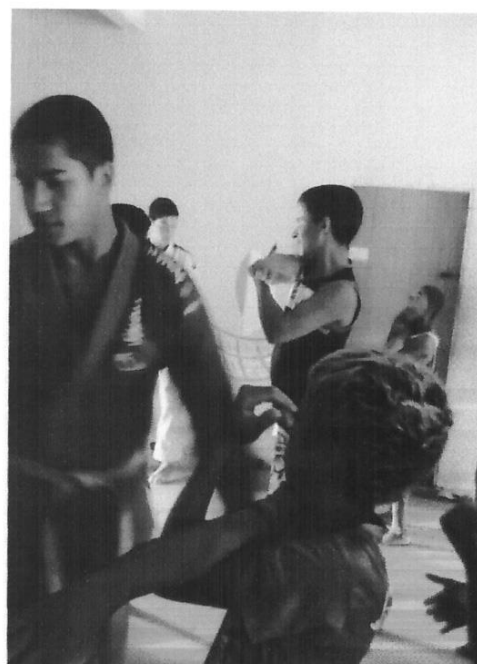


Figura7: Aula de jiu-jitsu no Projeto Levante
Fonte :Acervo Pessoal 15 fev 2013

APÊDICE: II

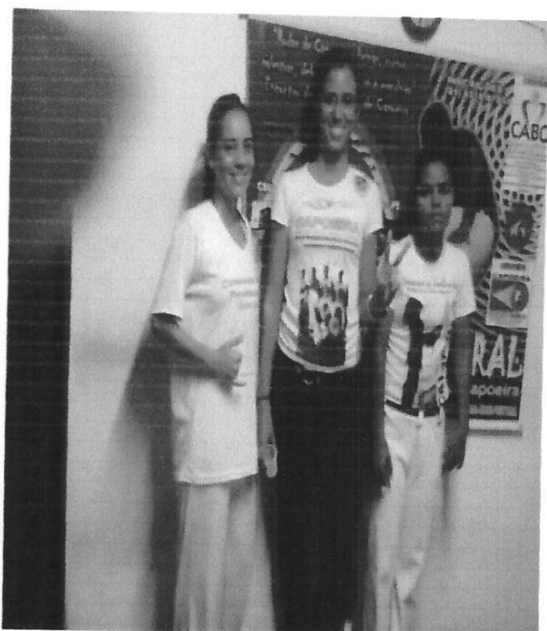


Figura 8: Alunas da capoeira da ONG da Escada .
 Fonte :Acervo Pessoal 15 fev2013



Figura 9: Decoração da ONG em Escada.
 Fonte :Acervo Pessoal 15 fev2013

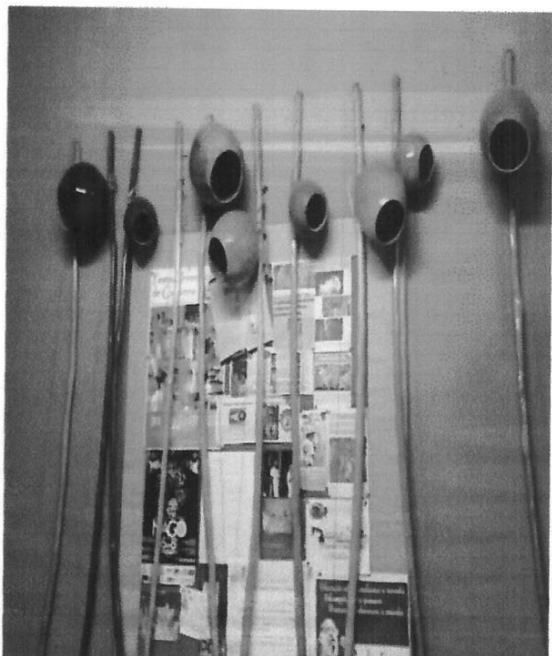


Figura 10: Instrumentos da Capoeira .
 Fonte :Acervo Pessoal 15 fev2013



Figura 11: Instrumentos da Capoeira.
 Fonte :Acervo Pessoal 15 fev2013

APÊDICE: III



Figura 12: Alunos da Capoeira .
Fonte :Acervo Pessoal 15 fev 2013.



Figura13: Acervo Literário.
Fonte : Acervo Pessoal 15 fev 2013



Figura 14: Alunos da Capoeira .
Fonte :Acervo Pessoal 15 fev 2013 .



Figura15: Instrumentos da Capoeira.
Fonte :Acervo Pessoal 15 fev 2013.

ANEXO I

Resultado da entrevista com autores do Sistema de garantias de direitos da Escada

(ATOR I, ATOR II , ATOR III)

	ATOR I	ATOR II	ATOR III
Qual a sua visão acerca da infância no município da Escada? Justifique.	Bastante precária, falta políticas públicas para garantir direitos.	Vive sofrendo, pela falta de compromisso da família e dos demais responsáveis.	Descaso, vejo que a sociedade não busca garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.
Qual a sua concepção de políticas Públicas para infância?	São ações planejadas em conjunto para garantir direitos.	Não sei ao certo, só escuto falar que é bom para as crianças.	Em Escada têm essas coisas eu não sei para que serve?
Quais os principais problemas enfrentados pelas crianças e adolescentes no município?	Falta lazer, escolas com cursos profissionalizantes para os adolescentes.	Muitos adolescentes envolvidos com drogas.	A ociosidade diante da ausência de atividades ou cursos profissionalizantes.
O que você acha que pode ser feito para garantir os direitos da infância no município a Escada?	A efetivação de políticas públicas sócias que visem garantir que crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos.	Responsabilidade e força de vontade dos governos e da sociedade civil organizada é fundamental para a conquista dos direitos.	Parcerias entre ONGs, governo, família e sociedade é um caminho.
Você conhece as ONGs do município da Escada ?	Não sei se existem, conheço apenas associações de bairros.	Não, desconheço se há eu nunca soube, existem grupos religiosos que fazem campanhas e movimentos.	Conheço apenas duas: O Projeto Levante e a ONG, A Volta que o Mundo Dar.
Como você vê as famílias em relação a responsabilidade com suas crianças e adolescentes no município?	Péssima. Vejo que na maioria das violações a família é responsável quando não direta mas indiretamente.	Não percebo a família com responsabilidades em relação aos filhos.	Grande maioria vive sem querer preocupar-se com os direitos dos filhos.

ANEXO II

Resultado da entrevista com autores do Sistema de garantias de direitos da Escada

(ATOR IV, ATOR V , ATOR VI)

	ATOR IV	ATOR V	ATOR VI
Qual a sua visão acerca da infância no município da Escada? Justifique.	Perdida, sem expectativa, devido a falta de ações que as beneficiam.	Pouco vista, devido a falta comprometimento da rede.	Envolvida com drogas, prostituição sem chão.
Qual a sua concepção de políticas Públicas para infância?	Trabalho em rede em prol de um bem comum	Trabalho planejado por em conjunto.	Não sei bem acho que deve ser algo de bom para a infância.
Quais os principais problemas enfrentados pelas crianças e adolescentes no município?	Ausência de prioridades.	Falta de atenção por parte das famílias e da própria rede.	Ociosidade, falta de oportunidades para profissionalização.
O que você acha que pode ser feito para garantir os direitos da infância no município a Escada?	Um trabalho em rede.	Comprometimento do governo e articulação entre os atores do sistema de garantia de direitos e sociedade civil.	Um trabalho de conscientização, mobilização e articulação da sociedade .
Você conhece as ONGs do município da Escada ?	Não conheço nenhuma.	Conheço duas: o Levante e a da Capoeira.	Sim duas apenas.
Como você vê as famílias em relação a responsabilidade com suas crianças e adolescentes no município?	Descompromissadas.	Sem alternativas.	Preocupadas, desesperadas sem saber o que fazer diante da ausência de retaguarda.

ANEXO III

Resultado da entrevista com autores do Sistema de garantias de direitos da Escada

(ATOR VII, ATOR VIII , ATOR IX)

	ATOR VI	ATOR VIII	ATOR IX
Qual a sua visão acerca da infância no município da Escada? Justifique.	Percebo que precisa ser vista com mais atenção.	Falta incentivo e apoio as famílias.	Sofre diante da ausência de atenção e políticas públicas efetivas.
Qual a sua concepção de políticas Públicas para infância?	Ações para ajudar.	Não sei o que significa	Ações que se forem planejadas ajudam a garantir direitos.
Quais os principais problemas enfrentados pelas crianças e adolescentes no município?	Ausência de atividades ocupacionais.	Falta de políticas educacionais e sociais.	Falta de apoio das instituições.
O que você acha que pode ser feito para garantir os direitos da infância no município a Escada?	Um trabalho em conjunto com a sociedade civil.	Um trabalho de conscientização através de eventos públicos.	Articulação com todos que fazem parte da rede.
Você conhece as ONGs do município da Escada ?	Se existem eu não sei.	E tem?	Não
Como você vê as famílias em relação a responsabilidade com suas crianças e adolescentes no município?	Despreparadas para a responsabilidade.	Descompromissadas com os filhos.	Alheias aos compromissos.